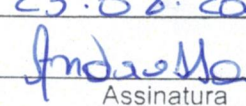


Ofício nº 264/2022/GAB/SMG

Quatro Barras, 23 de agosto de 2022.

A Sua Excelência Senhor
EDUARDO JOSÉ LAGO
Presidente da Câmara Municipal
Quatro Barras/PR

Câmara Municipal de Quatro Barras
Comprovante de Protocolo
Processo nº 997.2022
Data 23.08.2022

Assinatura

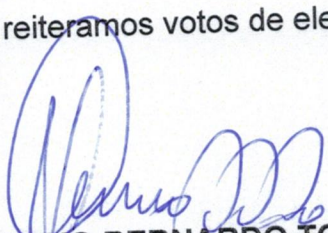
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Vimos por meio deste, nos termos do §2º do art. 54 e inciso VII do art. 67 da Lei Orgânica do Município de Quatro Barras, opor **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 33/2022, de autoria do Vereador Eduardo José Lago possui a seguinte ementa: "Adiciona o parágrafo 1º, no artigo 3º da Lei 1414/2021 que "Dispõe sobre o Programa de fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas municipais no âmbito do Município de Quatro Barras, Estado do Paraná, e dá outras providências".

Comunicamos ainda que, em anexo, encaminhamos as justificativas do Veto.

Na oportunidade, reiteramos votos de elevada consideração e apreço.
Atenciosamente,


LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Em cumprimento ao que determina a Lei Orgânica do Município, o Senhor Presidente do Legislativo Municipal, através do Ofício nº 125/2022/GAB/DG, encaminhou autógrafo a este Poder Executivo para ser devidamente analisado e decidido pela sua sanção ou veto. O Projeto de Lei nº 33/2022, de autoria do Vereador Eduardo José Lago possui a seguinte ementa: "Adiciona o parágrafo 1º, no artigo 3º da Lei 1414/2021 que "Dispõe sobre o Programa de fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas municipais no âmbito do Município de Quatro Barras, Estado do Paraná, e dá outras providências".

O projeto de lei teve análise pelas comissões competentes e conta com Parecer Jurídico da assessoria legislativa **CONTRÁRIO a proposição**. Em que pese tal fato, foi encaminhado para análise do Plenário que o aprovou encaminhando ao Poder Executivo para a análise pelo Veto ou Sanção.

O Projeto de Lei nº 33/2022 altera a Lei 1414/2021 inserindo a **distribuição de absorventes pelo CRAS**. O presente projeto de lei não deve prosperar com fundamento nas seguintes justificativas:

DA INTERFERÊNCIA DOS PODERES:

Cabe esclarecer que o projeto em questão impõe obrigações ao Poder Executivo, ferindo o disposto no art. 2º da Constituição Federal onde estabelece o princípio da autonomia e independência dos Poderes. No mesmo sentido o art. 7º da Constituição Estadual e o art. 9 da Lei Orgânica do Município prevê: "O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativos e Executivo, independentes e harmônicos entre si".

O Projeto de lei em comento cabalmente positiva a intromissão indevida realizada pela Câmara de Vereadores. É que, como está claro, resulta flagrante ingerência do Legislativo Municipal. Sendo assim, não há outra ponderação possível, que não a de que a norma legal ora analisada contém, efetivamente, vício insanável de inconstitucionalidade, porquanto que violadora do regime de separação

e independência dos poderes a que obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios. Assim, apontam as cortes nas análises de constitucionalidade:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI ORDINÁRIA DO MUNICÍPIO DE BETIM/MG - MATÉRIA DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PREFEITO MUNICIPAL - AUMENTO DE DESPESAS PARA O ERÁRIO MUNICIPAL - VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - OFENSA AO DISPOSTO NOS ARTS. 66; 90; 161, I E II; E 173, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, OS QUAIS SÃO DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELOS MUNICÍPIOS, EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA SIMETRIA, CONFORME PRECEITUAM O ART. 165, § 1º, TAMBÉM DA CEMG; E OS ARTS. 2º; E 61, § 1º, II, B, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA/88 - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. - Incorre em inconstitucionalidade a Lei nº 5.868, de 17 de abril de 2015, do Município de Betim/MG, ao estabelecer a implantação e a estruturação de serviço de infraestrutura cibernética, com acesso livre e gratuito à Internet prestado em âmbito local, cuja iniciativa é exclusiva do Chefe do Poder Executivo. (...). (TJ-MG - Ação Direta Inconst: 10000150459071000 MG, Relator: Corrêa Camargo, Data de Julgamento: 24/08/2016, Órgão Especial / ÓRGÃO ESPECIAL, Data de Publicação: 09/09/2016)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 2.922/2012, COM ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 3.560/2015, AMBAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO.

NORMA QUE AUTORIZA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO "CIDADE DIGITAL". **MATÉRIA AFETA À ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. INSTITUIÇÃO DE DEVERES AO PODER EXECUTIVO. INICIATIVA PARLAMENTAR. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DETECTADA.** PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. (TJPR - Órgão Especial - AI - 1437417-1 - Curitiba - Rel.: Guilherme Freire de Barros Teixeira - Unânime - - J. 20.06.2016) (TJ-PR - ADI: 14374171 PR 1437417-1 (Acórdão), Relator: Guilherme Freire de Barros Teixeira, Data de Julgamento: 20/06/2016, Órgão Especial, Data de Publicação: DJ: 1837 08/07/2016)

Ademais, no estudo do Professor Carlos Pinto Coelho Motta, sobre "Competência Privativa do Município Não Pode Ser Exercida Pelo Poder Legislativo" in BDM – Boletim de Direito Municipal, junho/2002, pág. 404, no tocante ao princípio da divisão dos poderes, enfaticamente preleciona:

A dinâmica do estado exige o respeito ao princípio da divisão de Poderes para a sobrevivência do próprio Estado. É que a função administrativa ou executiva não se confunde com a função legislativa ou jurisdicional, cada qual previamente delimitada pela Carta Magna. Pelo sistema nessa adotado, ditos poderes coexistem harmoniosamente, não podendo um ultrapassar os limites impostos pelo texto constitucional.

Como é sabido, a Carta Federal consagra a repartição da competência legislativa entre a União, Estados e Municípios. Outrossim, que, em face do notório alargamento da atuação do Executivo no processo legislativo, há a previsão de uma repartição de competência também em termos horizontais.

Não se pode esquecer que o Município deve observar os princípios estabelecidos nas Constituições Estadual e Federal, em face do estatuído no artigo 9º da Lei Orgânica Municipal, do que resulta a necessária conclusão de que ao legislador municipal inexistem liberdade absoluta ou plenitude legislativas, havendo de existir conformação às limitações impostas pelo ordenamento constitucional.

A iniciativa para o processo legislativo - transposta, no caso em exame, ao Prefeito Municipal por força do artigo 47 da Lei Orgânica Municipal, é condição de validade do próprio processo legislativo, do que resulta uma vez não observada, a ocorrência de inconstitucionalidade formal. Seguindo a matriz constitucional do art. 61, II, CF, a Lei Orgânica Municipal reserva ao Chefe do Poder Executivo.

Assim, pela leitura do projeto de lei, extrai-se a ingerência e sua inconstitucionalidade.

DAS DESPESAS:

O projeto de lei em comento prevê a distribuição de absorventes à população feminina atendida pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Em que pese a louvável iniciativa, infelizmente referido projeto, não pode prosperar. Especifica-se que a instituição da distribuição **importa em um custo para a administração municipal**. Exemplo disto resta claro na necessidade de dispor de funcionários e materiais para a execução. Tal fato implica direta e indiretamente em custos, sendo que não houve previsão para tanto.

Para casos como este, o legislador não deixou os entes desamparados e previu, junto a Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2001, a impossibilidade de se criarem despesas de forma continuada **sem indicar sua fonte de receita**.

Ao prever instituição do benefício existe a criação de uma despesa não prevista no orçamento municipal. Observa-se que o referido projeto de lei onera a atividade da administração municipal sem prever fonte e orçamento que irá cobrir estas despesas, deixando de atender o disposto nos arts. 165 e 166 §§ e incisos e

167, inciso I da CF, e, bem como, os arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

A aprovação de um projeto que prevê desembolso de valores pela administração sem previsão e a indicação de uma fonte de custeio desnuda políticas públicas já sancionadas e chanceladas pelos poderes públicos e pela sociedade civil descaracterizando a programação orçamentária já existente vindo a inviabilizar a execução do orçamento das ações que vierem a ter recursos suprimidos.

Denota-se que referido projeto de lei não seguiu acompanhado das medidas legais cabíveis, assim apontando-se, sua ilegalidade e inconstitucionalidade.

DA LEI FEDERAL Nº 14.214, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021:

Ainda, é oportuno deixar especificado que a tentativa imposta pelo projeto de lei municipal não possui a abrangência estabelecida em âmbito federal podendo, desta forma, restringir direitos e deveres. Vejamos:

O Presidente Jair Bolsonaro promulgou lei que “Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.”, trata-se da Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. Dispõe o conteúdo:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º (VETADO).~~

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual. [Promulgação de partes vetadas](#)

Art. 2º É instituído o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que constitui estratégia para promoção da saúde e atenção à higiene e possui os seguintes objetivos:

I - combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários ao período da menstruação feminina, ou a falta de recursos que possibilitem a sua aquisição;

II - oferecer garantia de cuidados básicos de saúde e desenvolver meios para a inclusão das mulheres em ações e programas de proteção à saúde menstrual.

~~Art. 3º (VETADO).~~

Art. 3º São beneficiárias do Programa instituído por esta Lei: Promulgação de partes vetadas

I - estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino;

II - mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema;

III - mulheres apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal; e

IV - mulheres internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa.

§ 1º Os critérios de quantidade e a forma da oferta gratuita de absorventes e outros itens necessários à implementação do Programa serão definidos em regulamento.

§ 2º Os recursos financeiros para o atendimento das beneficiárias de que trata o inciso III do **caput** deste artigo serão disponibilizados pelo Fundo Penitenciário Nacional.”

Art. 4º O Programa instituído por esta Lei será implementado de forma integrada entre todos os entes federados, mediante

atuação, em especial, das áreas de saúde, de assistência social, de educação e de segurança pública.

§ 1º O Poder Público promoverá campanha informativa sobre a saúde menstrual e as suas consequências para a saúde da mulher.

§ 2º Os gestores da área de educação ficam autorizados a realizar os gastos necessários para o atendimento do disposto nesta Lei.

~~Art. 5º (VETADO).~~

Art. 5º O Poder Público adotará as ações e as medidas necessárias para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos às beneficiárias de que trata o art. 3º desta Lei e, no âmbito do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, os absorventes higiênicos femininos feitos com materiais sustentáveis terão preferência de aquisição, em igualdade de condições, como critério de desempate, pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pelo certame licitatório. [Promulgação de partes vetadas](#)

~~Art. 6º (VETADO).~~

Art. 6º As despesas com a execução das ações previstas nesta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias disponibilizadas pela União ao Sistema Único de Saúde (SUS) para a atenção primária à saúde, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual. [Promulgação de partes vetadas](#)

~~Art. 7º (VETADO).~~

Art. 7º O art. 4º da [Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006](#), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo

único: [Promulgação de partes vetadas](#)

‘Art. 4º

.....
Parágrafo único. As cestas básicas entregues no âmbito do Sisan deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino, conforme as determinações previstas na lei que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.’ (NR)”

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

Ou seja, o programa criado em âmbito federal e que prevê implantação de forma integrada entre todos os entes federados possui ampla abrangência; ao contrário do presente projeto de lei que pode vir a restringir direitos e obrigações.

Desta forma é EVIDENTE que a medida adotada em âmbito municipal contraria a norma já imposta em âmbito federal, além de criar despesa sem indicação da fonte de custeio e interferência ente os poderes.

Face ao exposto, com base no art. 54, § 2º, da Lei Orgânica do Município, **VETA-SE** o Projeto de Lei nº 33/2022.

Submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros desta Casa Legislativa, contando com o apoio e a consequente manutenção do veto pelos motivos acima expostos.



LORENO BERNARDO TOLARDO

Prefeito Municipal